

EDITORIAL

Que o DCE convoque uma assembleia geral para organizar a luta em defesa da permanência estudantil e contra o avanço do sucateamento e do privatismo sobre a universidade

- **Bolsas estudantis a todos os estudantes que reivindicarem reajustadas no valor de um salário mínimo!**
- **Ampliação do número de vagas para moradia no CRUSP! Devolução dos blocos K, L e D com controle estudantil da moradia!**
- **Fora PM da USP!**
- **Nenhuma demissão! Contratação de funcionários e docentes com efetivação de todos os terceirizados!**
- **Reestatização de todos os restaurantes universitários privatizados sob o controle de quem estuda e trabalha!**
- **Reestatização e ampliação das linhas de ônibus que passam pela USP sob o controle de quem estuda e trabalha!**
- **Por uma assembleia geral universitária!**

Meses após a divulgação do primeiro resultado do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), muitas indefinições se mantêm e estudantes seguem sem ser contemplados com a bolsa de permanência estudantil. A proposta atual da “Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento” (PRIP) contempla não mais do que um quarto dos estudantes da graduação com o benefício e se dá no marco de uma redução do orçamento total da universidade com o “Programa de Apoio à Permanência Estudantil”, que caiu de 226 milhões de reais em 2019 (último ano antes da pandemia) para 188 milhões em 2023, uma redução de quase 17%. Somado a isso, a reitoria avança contra o direito à moradia estudantil. Após ter interditado por completo o bloco D do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) em 2021 tendo como pretexto uma “reforma” nunca finalizada, agora promove uma política de tolerância zero a moradores irregulares - estudantes que não foram contemplados com vaga na moradia, mas que não têm qualquer alternativa viável.

Paralelamente a esse processo, estudantes de diversos cursos têm relatado falta de docentes, resultando em turmas lotadas e falta de vagas ao ponto de impossibilitar a efetivação de matrículas. Os funcionários, por sua vez, já vêm denunciando a desvalorização de seu salário real por meio de reajustes abaixo da inflação. Agora o recente anúncio da demissão de 26 funcionários dos navios de pesquisa da USP reacende a tendência de demissões sumárias que abrem espaço para a ampliação do processo de terceirização e o sucateamento da universidade por falta de manutenção, o que leva a recorrentes falhas estruturais em diversas instalações do campus - tais como problemas de infiltração, desabamentos, etc.

São evidentes os interesses privatistas da reitoria, subordinada ao governo do estado, desde aqueles orientados para avançar contra o caráter gratuito da moradia estudantil mirando a cobrança de aluguel - até aqueles orientados para terceirizar os serviços que atualmente são realizados por funcionários da própria USP - tal como já ocorreu em diversos institutos com a limpeza, zeladoria, segurança etc. Tais interesses também se manifestam na dos restaurantes universitários e das linhas de ônibus que operam no campus que, incapazes de suprir a demanda, sempre sofrem com problemas de superlotação e/ou tempo excessivo de espera nas filas.

Os estudantes demonstram disposição para organizar paralisações e atos por mais bolsas de permanência e contratação de professores. Mas, as direções dos CAs e do DCE isolam os movimentos e continuam omissas à tarefa de convocar uma assembleia geral dos estudantes da USP para organizar a luta unificada em defesa da permanência estudantil.

Em meio a esse quadro, as direções estudantis e sindicais da USP se mantêm passivas e preservando interesses corporativistas. Após a sessão do Conselho Universitário ocorrida em 23 de março, as direções da Adusp e Sintusp se acomodaram com a proposta da reitoria de “gratificações” e “prêmios de excelência” para docentes e funcionários em contraposição ao reajuste real dos salários e novas contratações. Na medida em que diversos estudantes de base demonstram plena disposição para organizar paralisações e atos por mais bolsas de permanência

e contratação de professores - tal como vem ocorrendo na FAU, FFLCH e EACH - as direções dos CAs atuam para manter os movimentos isolados em suas respectivas unidades, enquanto que a direção do DCE segue omissa e, ao invés de convocar uma assembleia geral dos estudantes da USP para organizar a luta unificada em defesa da permanência estudantil, se limita ao apoio formal aos movimentos por meio das redes sociais. O fato de a direção do DCE não convocar assembleias, mas ter convocado um conselho dos centros acadêmicos (órgão deliberativo direcionado aos integrantes das direções dos CAs e DCE, no qual apenas essas entidades têm poder de voto) somente para o dia 20 de maio, e tendo como um dos destaques a pauta das eleições de delegados para o CONUNE, expressa uma política limitada a interesses puramente aparelhistas e que visam a conter a luta dos estudantes e evitar que esta se projete para além de seu controle antes do fim do semestre.

Sob esse quadro, a Corrente Estudantil Marxista Guillermo Lora promove a campanha em defesa da convocação de uma assembleia geral dos estudantes da USP como meio de organizar sua luta independente em defesa da permanência estudantil e contra o avanço do sucateamento e do privatismo sobre a universidade, e indica o mesmo caminho aos funcionários e docentes de modo a possibilitar uma luta unificada dos três setores por meio da assembleia geral universitária. Fazemos um chamado a todos os estudantes, funcionários e docentes dispostos a combater a política de conciliação e omissão promovida por suas direções estudantis e sindicais para se organizarem em direção a luta por suas reivindicações, que se dará por meio da constituição de uma direção revolucionária!

CAELL e DCE seguem política divisionista na luta por contratação de professores

A assembleia do curso de Letras (USP) do dia 19/04 aprovava um indicativo de paralisação no dia 03/05 pela contratação de professores no curso, que tem sofrido com lotação de turmas em decorrência da redução do número de professores, e, em assembleia do dia 02/05, aprovou-se a paralisação indicada, com piquete, apenas alterando a data para 10/05. A paralisação com piquete é um passo importante na luta pela contratação de docentes e um método próprio do proletariado, mas não deve se manter isolada a poucos cursos, especialmente quando a universidade toda, incluindo outros campi, está

ameaçada não apenas pela redução do quadro docente como também sofre com contínuos ataques à permanência estudantil e ao avanço do privatismo e do sucateamento sobre a universidade.

O DCE, que deveria unificar tal luta por meio de uma assembleia geral de estudantes ou, tanto melhor, promovendo a convocação de assembleia dos três setores (estudantes, funcionários e docentes), tem se restringido à publicação, nas mídias sociais, de materiais de apoio meramente simbólico à intervenções realizadas por cursos. Até o momento, apenas uma assembleia geral foi convocada pelo DCE este ano, no

início do ano letivo. O CAELL, que deveria pressionar o DCE à unificação da luta, já se opunha a isso em assembleia realizada em março, quando “esclareceu contra” uma proposta de exigir do DCE que convocasse uma assembleia geral. Assim posto, CAELL e DCE seguem um divisionismo do movimento estudantil que o enfraquece e o distancia de suas reivindicações. O movimento estudantil é um só, seus interesses são comuns e, sendo assim, apenas a unidade dos estudantes de toda a USP pode fazer vingar a luta tanto pela contratação de docentes quanto por quaisquer outras reivindicações.

A PM não serve para prover “segurança”, apenas para reprimir o movimento estudantil e sindical

Os assaltos nas proximidades da Universidade de São Paulo vêm crescendo dia após dia. Na região da Vila Indiana, por exemplo, as ocorrências de assalto são praticamente diárias. A depender da época do ano, é registrado mais de um assalto por dia, muitos deles com ameaça aos estudantes e presença de armas de fogo. Como forma independente de proteção, foram formados grupos de moradores da Vila Indiana, em que um grande número de pessoas sai conjuntamente do portão da USP, a fim de impedir a ação de assaltantes. A mesma falta de segurança é vista em quase toda extensão da Avenida Corifeu, principalmente próximo ao portão 3. A enorme presença de assaltos nas regiões do entorno da USP já é conhecida há bastante tempo. Não faltam relatos de pessoas que já foram furtadas e/ou assaltadas no instante em que colocaram os pés para fora dos portões da USP. Até mesmo próximo do metrô Butantã, região de grande especulação imobiliária, a insegurança tem aumentado de maneira significativa. Se não bastassem os incidentes fora da universidade, o interior vem sofrendo da mesma maneira.

Nesse quadro, diversas organizações do movimento estudantil falam sobre políticas de “segurança” para a USP, abrindo pretexto para justificar a presença da Polícia Militar no campus, que já possui uma base posicionada em frente ao CRUSP. O intuito da PM na universidade é reprimir o movimento estudantil e sindical. Isso se comprova pela localização estratégica da base. O CRUSP abriga um grande número de moradores que lutam diariamente pela permanência estudantil, alguns dos quais compõem movimentos estudantis combativos, e, histori-

camente, foi o palco de grandes mobilizações do movimento estudantil que tiveram embates com a burocracia universitária e a política de sucateamento da universidade. Nesse sentido, a base da PM apoia-se em um viés de intimidação para com os estudantes, o que também pode ser evidenciado pelo recente episódio da presença de um policial civil portando um fuzil dentro do CRUSP, além dos treinamentos da PM localizados no biênio (POLI). Logo, trata-se tão somente do aparelho repressivo do Estado burguês, com grande respaldo da burocracia universitária.

À medida que a crise capitalista se aprofunda, aumenta a carestia de vida e milhares a mais são diariamente jogados no desemprego, subemprego e na miséria. Assim, a barbárie social apenas se expande, tendo como consequência o aumento de assaltos e atividades “criminosas”. Quaisquer medidas de “segurança” provenientes do estado burguês são puramente paliativas, e não estão orientadas para eliminar o problema pela raiz, o que envolveria justamente o combate ao modo de produção decadente e à burguesia (os principais criminosos) que são justamente os quais o estado protege. A luta contra o aumento da barbárie social passa necessariamente pela luta contra o capitalismo e o estado que o sustenta. No campo imediato da USP, isso passa pela mobilização do movimento estudantil e sindical em defesa da bandeira “Fora PM da USP!”, e deve estar em unidade com as reivindicações gerais da classe operária e demais oprimidos por empregos reajuste salarial e contra o aumento da carestia de vida, em choque com os governos (do municipal ao federal) que apenas promovem a miséria e a barbárie.



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

PELA VITÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NA FRANÇA

PELA DERROTA MILITAR DA OTAN!

OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO LULA/ALCKMIN!

ppri.partido@proton.me // correntesindicalmarxistagloria@proton.me // correnteestudantimarxistagloria@proton.me